ARTIGO ORIGINAL

RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: FERRAMENTA DE *INTERFACE* NO DESEMPENHO SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES

SUSTAINABILITY REPORT: TOOL OF INTERFACE IN SOCIAL PERFORMANCE, ECONOMIC AND ENVIRONMENTAL ORGANIZATIONS

Autores:
Neimar Sousa Pinto Pereira[1]
Cleber Augusto Pereira[2]
Renato Pereira Monteiro[3]
José Maria Paixão Filho[4]

RESUMO

Os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, econômico e ambiental das organizações corporativas. Também observa-se que os relatórios baseados no modelo proposto pela *Global Reporting Initiative* GRI (2000); GRI (2006) e GRI (2014) são atualmente os mais completos e mundialmente difundidos, conforme sítio do *Global Reporting Initiative*. O método de investigação utilizado foi a pesquisa exploratória, por meio da análise de conteúdo, no intuito de atingir o objetivo em relação a analisar os relatórios de sustentabilidade como ferramenta essencial de *interface* no desempenho social, econômico e ambiental das organizações perante a sociedade. Ao término do estudo são descritas algumas lacunas e pistas para pesquisas futuras, como a continuação da investigação sobre os registros dos relatórios de sustentabilidade nas instituições brasileiras e até mesmo em outros países baseados no modelo GRI, até o cenário atual.
Palavras-chave: Relatórios de Sustentabilidade. Sustentabilidade. GRI.

ABSTRACT

Sustainability reports are the main communication tool of social, economic and environmental corporate organizations. It can be observed that the reports based on the model proposed by the Global Reporting Initiative GRI (2000); GRI (2006) and GRI (2014) are currently the most complete and globally widespread, as Global Reporting Initiative's website. The research method used was exploratory, through content analysis, in order to achieve the goal for sustainability to analyze the reports as an essential tool interface in social, economic and environmental performance of organizations in society. In the sketch of this study, we described some gaps for future research, these is the continuation of research into the records of sustainability reports in Brazilian institutions and even in other countries based on the GRI model, up to the current scenario.
Keywords: Sustainability Reports. Sustainability. GRI.

[1] Doutoranda em Ciências Empresariais pela Universidade do Minho em Portugal, Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará, Ceará (2010), Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade CEUMA, Maranhão (2005), Professora assistente na Universidade Federal do Maranhão. Maranhão. neimar.anjo@gmail.com

[2] Mestre em Inteligência Artificial pela UFMA, Maranhão (2010), Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade CEUMA, Maranhão (1999), Professor Assistente na UFMA, Maranhão. kcleber@gmail.com

[3] Doutorando em Contabilidade pela Universidade de Aveiro e Universidade do Minho em Portugal, Mestre em Contabilidade pela UNISINOS, São Leopoldo-RS (2012), Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário La Salle (2004), Contador do IFRS, Campus Porto Alegre. renatomonteir@gmail.com

[4] Pesquisador em História da Contabilidade no Brasil. Ganhador do 1o Prêmio Internacional de Contabilidade em países de Língua Portuguesa Prof. Dr. Antonio Lopes de Sá. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor Assistente na UFMA. prof.paixao@gmail.com

INTRODUÇÃO

Conforme a nova realidade que o mundo contemporâneo vem se transformando em relação à sustentabilidade do planeta, a agressão do homem contra os recursos naturais e energéticos é agravante e impactante, merecedor não só de conscientização, porém, urgentemente de atitude, ou seja, de mudanças drásticas em todas as esferas sociais, econômicas, culturais, políticas, ambientais e de governança. (FÉDÉRATION DES EXPERTS COMPTABLES EUROPÉENS, 2006)

Não há outra saída, a não ser o esforço contínuo de educação e policiamento de cada ser humano, em se tratando de preservar, racionalizar e cuidar dos recursos para que estes continuem mantendo o sustento atual e das gerações futuras. (ADOMßENT ET AL., 2014) Essas mudanças devem adentrar de maneira peculiar, em várias áreas do ser humano, de maneira integral (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2013).

O objetivo do trabalho foi analisar os relatórios de sustentabilidade como ferramenta essencial de *interface* no desempenho social, econômico e ambiental das organizações perante a sociedade.

Na segunda seção apresenta-se um retrospecto histórico da publicação dos relatórios de sustentabilidade corporativos. A terceira seção apresenta a discussão sobre a obrigatoriedade dos relatórios de sustentabilidade. Finalizando esta discussão, a quarta seção apresenta os aspectos relativos à ascensão dos relatórios de sustentabilidade no Brasil e na Austrália.

Nos procedimentos metodológicos dessa investigação, foi utilizada a pesquisa exploratória, através de levantamento bibliográfico, no intuito de atingir o objetivo em relação a analisar os relatórios de sustentabilidade como ferramenta essencial de *interface* no desempenho social, econômico e ambiental das organizações perante a sociedade.

Para pesquisa futuras, foram descritas algumas lacunas passíveis de investigações futuras, uma dessas lacunas é a continuação da investigação sobre os registros dos relatórios de sustentabilidade nas instituições brasileiras, e até mesmo, em outros países, baseados no modelo GRI.

1 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Observando as cognições em relação ao marco histórico do surgimento dos Relatórios Sustentáveis Corporativos (RsSsCs), a partir da fundação, em 1968, do Clube de Roma, um *think tank*[1] formado por diversas figuras de eminência mundial, se reuniram para debater sobre temas concatenados com o meio ambiente, a política internacional e a economia. Nos simpósios ocorridos destaca-se a presença de Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers, e William W. Behrens III, (MEADOWS et al., 1972) detentores de cognições acerca dos assuntos de relevância mundial, de autoria deles, desenvolveram o conhecido relatório *"The Limits to Growth"*, os limites do crescimento, descrito conforme a nossa língua *mater*. (DE MICHELI, 2008).

A equipe do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), em que Donella Meadows, a pedido do Clube de Roma, foi escalado para liderar. Esse relatório depois foi recebendo outras denominações, conhecidos como Relatório do Clube de Roma ou Relatório *Meadows* (BARBIERI, 2004).

Para nascer uma solução é necessário primeiro existir o problema, ou seja, uma causa, então esse relatório metafórico foi gerado na concatenação de ideias dessa equipe do MIT na

proporção que se tratava de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade sendo estes como: energia, crescimento populacional, poluição, saúde, saneamento, ambiente, tecnologia. De certo modo, a equipe do MIT publicou seu estudo, este vos rendeu um livro sobre ambiente mais vendido da história, gerando bons resultados com vendas de mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas (BARBIERI, 2004).

Nos esforços das cognições dessa equipe do MIT, em se tratando de cálculos, eles utilizaram métodos matemáticos para compor o seu relatório e chegaram à conclusão de que o Planeta Terra não suportaria o crescimento da população por causa da pressão ocasionada pelo aumento da poluição e consequentemente a degradação dos recursos naturais e energéticos, mesmo com o surgimento do avanço da tecnologia (BARBIERI, 2004).

Observa-se através desse viés, do ponto de vista modelo matemático, que tratou-se de um momento de partida para o enveredamento das ciências da engenharia, da contabilidade, estatística, economia, biologia e até se percebe o viés fazendo uma analogia sobre o grau de responsabilidade social, político, ambiental, ético aos seres viventes em dimensão individual e de sociedade, seguindo também a linha das ciências da administração, da psicologia, do direito, ou seja, da multidisciplinaridade das áreas científicas que, de alguma forma, se esforçam com o seu jeito específico de fazer ciência, no intuito de também agregar valores para a sustentabilidade do planeta.

De acordo com o Instituto Ethos (2007) a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), dirigida por Gro Harlem Brundtland, gerando principais objetivos sobre propostas realísticas do meio ambiente e propondo novas formas de cooperação internacional, orientando as políticas e ações de incentivos a uma atuação mais firme, dos indivíduos, das organizações voluntárias, instituições e governo, na intenção de fazer mudanças necessárias para preservar o planeta, mantendo a sustentabilidade.

No ano de 1987, a pedido da ONU, pela a necessidade do cenário apresentado em decorrência do meio ambiente e desenvolvimento, a CMMAD recomendou à comissão *Brundtland*, a criação de uma nova declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, do qual nasceu o "Relatório *Brundtland*", que foi publicado de acordo com a lingua *mater* (DE MICHELI, 2008) com o título: Nosso Futuro Comum. (COMISSÃO EUROPEIA, 2003; GOMES, 2011).

Reportando a fundamentação da Comissão Europeia (2003) essa escritura expressou "a proposta de integrar a questão ambiental no desenvolvimento econômico, surgindo não apenas um novo termo, mas uma nova forma de progredir e de adaptar as seguintes medidas".

Com o surgimento dos relatórios do Clube de Roma e Relatório *Brundtland*, estes abriram caminhos para que surgissem novos e variados termos dados aos relatórios de sustentabilidade. Alguns estudiosos os abordam como Balanço Social (GRI**,** 2014), Relatório Social, Balanço Sócio-ambiental, Relatório Sócio-ambiental, Relatório Desenvolvimento Sustentável (HERCULANO, 1992, p.11), também conhecido como Relatório Sócio Ambiental Corporativo (RSAC). Na versão 3 (GRI, 2006), utilizou-se a expressão "elaboração de relatórios de sustentabilidade".

Portanto, são inúmeras as definições de termos, que se torna extensa e ampla, sinônima de outros significados e expressões empregadas para reproduzirem a comunicação dos impactos econômicos, sociais e ambientais, *triple botton line*. Relatórios de Responsabilidade Corporativa e outros. (GRI, 2006). Contudo, estes instrumentos têm demostrado informações sócio-ambientais em profundidade, níveis diferentes e das mais variadas formas de conceituar. Existem algumas controvérsias às definições terminológicas, um dos estudiosos, professor Gray (2012), opõe-se ao termo relatórios de sustentabilidade.

Conforme a *Global Reporting Initiative* (GRI), esta denominação é a que se destaca no cenário atual em questões de abrangência internacional e foco na sustentabilidade. Haja visto,

que ela reporta sobre a iniciativa conforme Marinho-Filho *et al.* (2002): desenvolver e disseminar diretrizes para o desenvolvimento do relatório socioambiental, com foco na sustentabilidade, para o uso voluntário pelas organizações que fazem a publicação da *performance* econômica, ambiental e social de suas atividades, produtos e serviços (GRI, 2000).

Ao reportar sobre os principais componentes propostos no escopo dos RsSsCs que as organizações devem adotar em conformidade com as iniciativas a nível nacional e internacional, entendem-se serem norteadoras como modelo de transparência, ao tornar públicas as performances econômicas, sociais e ambientais das suas atividades, produtos e serviços. São três iniciativas: *Global Reporting Initiative (*GRI), Instituto ETHOS - Empresas e Responsabilidade Social e; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Conforme consta no sítio GRI (2014): "Um relatório de sustentabilidade é um relatório publicado por uma empresa ou organização sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais causados por suas atividades cotidianas". Fazendo uma analogia com a GRI, esse tipo de demonstrativo é o principal instrumento de comunicação aos *stakeholders* sobre o desempenho das empresas em relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais. De acordo com estudos da UNIETHOS (2014) o relatório de sustentabilidade também chamado de Balanço Social, descreve que esse relatório é uma ferramenta que pretende dar maior transparência "às atividades empresariais e ampliar o diálogo da organização com a sociedade, tendo em vista a necessidade que as empresas e organizações têm de comunicar o sucesso e os desafios de suas estratégias socioambientais e a coerência ética das suas operações".

Esse tipo de relatório é um instrumento gerencial estratégico fundamental para a organização, pois proporciona mudanças para a gestão rumo a uma economia global sustentável que harmoniza a rentabilidade de longo prazo com o comportamento ético, cuidado ambiental e justiça social, sendo um *mainstream* para comunicar o desempenho de sustentabilidade e impactos sobre os pontos positivos ou negativos.

Ainda reportando a UNIETHOS (2014), esse relatório é um registro anual confeccionado de maneira voluntária pela empresa, logo após sua tramitação por auditoria interna, no intuito de "mapear o seu grau de responsabilidade social". Esse tipo de auditoria promove apenas avaliar a entidade e transmitir o entendimento da sua administração conforme os parâmetros, ambientais, sociais e econômicos, nas categorias de avaliação de desempenho, políticas de boa governança corporativa, desafios propostos, valores e visão de futuro, (ETHOS, 2014) para que o relatório de sustentabilidade seja observado por *stakeholders* no desígnio de "apresentar os valores da organização e modelo de governação" também demonstrando a congruência entre a estratégia da organização e seu comprometimento com uma economia global sustentável. (FREEMAN; MOUTCHNIK, 2013).

A ETHOS (2014) e a UNIETHOS (2014) descrevem *ipsis litteris* que "o relatório de sustentabilidade, ou balanço social traz dados quantitativos e qualitativos que, além de demonstrar o andamento das atividades da empresa no ano anterior, podem orientar o planejamento para o ano seguinte". Esse relatório é um documento que deve ser publicado pela organização, preferencialmente via internet, perante a sociedade e os *stakeholders* para que estes tenham a disponibilidade de verificarem, fiscalizarem e avaliarem como a organização se relaciona com os seus colaboradores profissionais e com a comunidade em que exerce a sua função empreendedora; Quais são os critérios da organização para o relacionamento com os seus fornecedores; Quais as intenções políticas, sociais, culturais, econômicas, ambientais e sustentáveis que a organização planeja para com a sociedade e o

meio ambiente em que ela encontra-se instalada; Como ela gerencia os impactos causados por suas atividades funcionais perante a comunidade que está alocada e o meio ambiente, entre outros. (FREEMAN; MOUTCHNIK, 2013)

1.1 Sustentabilidade

A definição de sustentabilidade surgiu pela primeira vez em 1987, com o Relatório *Brundtland*, considerado "o nosso futuro comum" (COMISSÃO EUROPÉIA, 2003); (GOMES R., 2011).

Segundo a obra de Brundtland (1988), a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1988, também referencia o Relatório *Brundtland* (Nosso Futuro Comum), como um meio de conscientização que conduzirá a sociedade, tanto a sociedade integral, como também a sociedade corporativa, ao desenvolvimento sustentável. E elaborou o conceito em relação à sustentabilidade, como "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades".

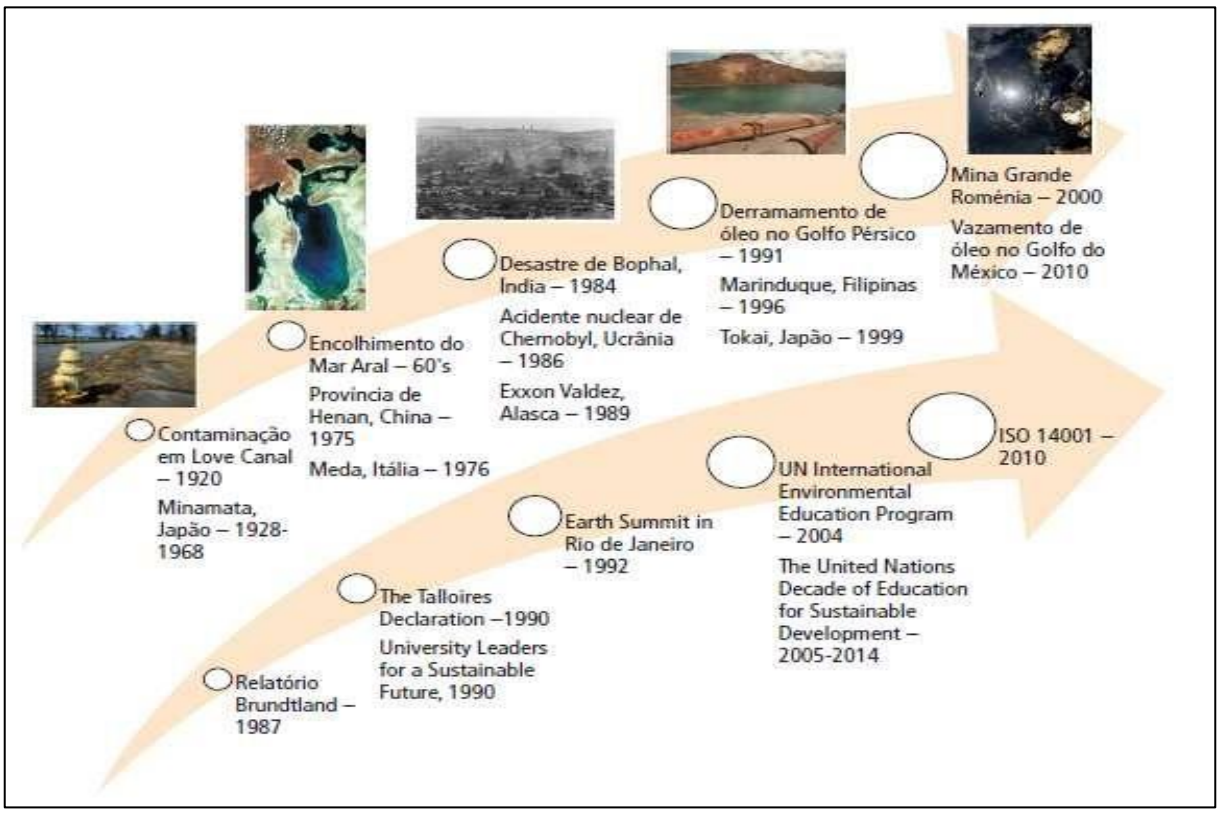

Figura 1- Desastres Ambientais
Fonte: Adaptado de Jacobi *et al.* (2011)

Para melhor refletir sobre as questões que afetam a sustentabilidade da geração atual e das gerações futuras, a Figura 1, demonstra a adaptação desenhada pelos autores Jacobi *et al* (2011) sobre os principais desastres ambientais de 1920 até 2010 e que merece ser atualizada nas investigações futuras, construindo um novo arcabouço visual em relação a essa evolução no cenário de hoje. Percebendo esse desenho sobre os desastres ambientais que o homem em conjunto com outros, vem causando à sustentabilidade, a preocupação com a causa universal

pode ser merecedora de uma sinergia nos âmbitos: governamentais, institucionais, estaduais, organizacionais, acadêmicos e outros, para a conscientização e atitudes.

Em se tratando da terminologia de sustentabilidade Gray (2012) acredita ser um conceito difícil de ser aplicado em qualquer congregação individual e ainda afirma que é simplesmente um conceito global. Porém, ele não quis dizer que não é aplicável em congregações, em corporações.

Kraemer e Tinoco (2011) afirmam como "um número cada vez maior de empresas e grupos de pressão/solucionadores de problemas corporativos está rapidamente reconhecendo".

Já afirmava Bertalanffy (1977) citado em Kraemer e Martins (2011); Jacobi *et al.*(2011) na Teoria Geral dos Sistemas (TGS), salienta que "tudo está unido a tudo e que cada organismo não é um sistema estático fechado ao mundo exterior", e ainda enfatiza "mas sim um processo de intercâmbio com o meio circunvizinho", no sentido de "um sistema aberto num estado quase estacionário, onde materiais ingressam continuamente, vindos do meio ambiente exterior, e neste são deixados materiais provenientes do organismo".

Em se tratando dos estudos de Mebratu (1998), que aborda sobre levantamento de definições dadas a sustentabilidade, seria interessante futuramente investigar sobre a quantidade desses significados até os tempos de hoje. Mebratu (1998) afirma que o pesquisador John Holmberg, vice-presidente da Universidade de Tecnologia Chalmers, localizada na Suécia, havia realizado no ano de 1994, uma verificação com mais de oitenta diferentes definições e interpretações sobre sustentabilidade, as quais associavam a ideia de unidade entre economia.

Entendendo que sustentabilidade é a amplitude de suportar, assegurar, racionar, conservar, ter algo com o que se manter, sendo estes, recursos para durar em longo prazo, necessariamente por tempo indeterminado, satisfazendo sempre as necessidades presentes dos seres vivos e a continuação da satisfação das necessidades futuras da descendência dos seres viventes, ou seja, o fomento dos recursos sem fim, para o mantimento das gerações e para as próximas gerações. E que isso não fique apenas em belas entrelinhas e tome a direção do "eu faço acontecer".

2 OBRIGATORIEDADE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Referindo a revisão de literatura do Livro Verde (2002) e Toldo (2002) citado por Kraemer e Martins (2004); Kraemer e Tinoco (2011), na época de 60, os pesquisadores europeus ganharam destaque, debatendo problemas sociais e suas lícitas soluções. No tocante dos Estados Unidos, as suas entidades começavam a se preocupar com o pleito ambiental e transmitir suas ações na área social.

Kraemer e Martins (2004); Kraemer e Tinoco (2011) afirmam que a década de 70 foi o marco importante em que as empresas demonstravam para a sociedade as suas ações sociais, de acordo com as preocupações dos pesquisadores europeus e dos Estados Unidos com as questões de quando e como as empresas serão responsáveis por suas obrigações sociais.

Para Tinoco (2001) e Livro Verde (2002) o primeiro país a nível mundial, a adotar lei obrigatória, às empresas que possuíam mais de 300 empregados, a elaborar e publicar o Balanço Social foi a França. Todavia, cujo objetivo principal "prende-se a informar ao pessoal o clima social na empresa, a evolução do efetivo; em suma, estabelecer as performances da empresa no domínio social". Salienta Tinoco (2001), que este balanço, "é bastante paternalista, pois exclui os fatos econômicos dos fatos sociais".

Bernardo *et al.* (2005) citados por Gomes *et al.* (2011) condizem que a legislação de tornar público os relatórios de sustentabilidade, é obrigatória nos países como Austrália, Bélgica, Espanha, Holanda, Inglaterra e Portugal. No entanto existem países que estão lentos nas questões de legalidade obrigatória a este respeito, os países que integram o BRIC, ou seja, Brasil, Rússia, Índia e China. (HOLLAND; FOO, 2003; GUSE ET AL., 2009; GUTTILLA, 2010) onde não existe ainda a obrigação legal desses tipos de demonstrativos, apesar de que o Brasil possui legislação de proteção ambiental, bastante austera.

Gomes *et al.* (2011) ressaltam que se não houver a imposição da legalidade, "os princípios de sustentabilidade recomendam a comunicação e a interação das empresas com suas partes relacionadas, enquadrando-se nesse contexto o *disclosure* voluntário".

Os relatórios de sustentabilidade corroboram para que as empresas possam medir, comunicar, compreender a *performance* do seu desempenho econômico, social, ambiental e de governança. (KPMG, 2011; INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE, 2011, 2012; HANKS; GARDINER, 2012).

3 ASCENSÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serão reportados nesse tópico a evolução das práticas de *disclosures* dos Relatórios Sustentáveis Corporativos (RsSsCs) em alguns países.

3.1 No Brasil

Conforme a GRI (2014) embora não exista a obrigatoriedade legal em demonstrar sobre os relatórios de sustentabilidade no Brasil, mesmo se tratando de *disclosure* consciente e voluntário, atualmente, o país destaca-se em *ranking* de "terceiro lugar" a nível mundial "em número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade". GRI (2014) ainda declara que "em 2010, mais de 160 relatórios brasileiros baseados na estrutura da GRI foram registrados na Lista de Relatórios da GRI". Realmente é interessante continuar a pesquisa sobre os registros dos relatórios de sustentabilidade nas instituições brasileiras e até mesmo em outros países, baseados no modelo GRI, até os dias de hoje.

Ainda reportando a fonte de pesquisa GRI (2014) que reforça a existência de quase 40 entidades brasileiras no "Programa de *Stakeholders* Organizacionais da GRI", frisa também que "os especialistas brasileiros estão bem representados nos órgãos de governança da GRI". Em se tratando da sociedade brasileira de relatórios de sustentabilidade, GRI (2014), essa apropriou-se "do papel de liderança por meio de seu envolvimento no *Readers Choice Awards* e Conferências da GRI".

Contudo, a sociedade indígena e a "rica biodiversidade do Brasil" descreve a GRI (2014), são caracterizadas entre os principais elementos de "influência no campo do desenvolvimento sustentável. O Anexo Nacional da GRI está sendo desenvolvido para assegurar que questões e necessidades brasileiras estejam contempladas nas Diretrizes da GRI".

Discorrendo sobre Rio +20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, segundo GRI (2014), frisa que essa Conferência é o desenrolar mais novo no cenário histórico brasileiro referente à "promoção de transparência e prestação de contas" pelas organizações corporativas. A GRI (2014) revela que as organizações financeiras, "empresas de energia elétrica e estatais estão entre as cada vez mais envolvidas na agenda da sustentabilidade". São evidentes os maiores parceiros nesses setores, "como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Itaú, Unibanco, Itaipu Binacional, Eletrobrás e Petrobras são todos organizações relatoras".

Ainda neste sítio pode-se observar a trajetória histórica na época de 1990 em relação a *staff* de empresários brasileiros envolvidos que acabaram fundando o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Em síntese, no início da metade do decênio de 1990, contemplou-se a implantação do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) do Greenpeace no Brasil. Apesar de que, na época o Rio-92, ser o responsável pelo festim da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, causou *frisson* no enclave desse *forum*, de certo houve " um indicativo precoce do compromisso dos brasileiros com o desenvolvimento sustentável e levou à criação de importantes organizações no campo da sustentabilidade" (GRI, 2014).

O Instituto Ethos, na sua fase de desenvolvimento, após 10 anos, ou seja, no ano de 2000, criou e lançou os Indicadores Ethos, no desígnio de fomentar as empresas a terem o hábito com as práticas empresariais responsáveis. Ainda no mesmo ano, "a Bolsa de Valores de São Paulo, BM&F Bovespa, lançou o segmento especial de listagem Novo Mercado, que classifica as empresas segundo seu desempenho em governança corporativa".

3.1.1 Ponto Focal no Brasil

Em pertinência ao *focal point Brazil*, a GRI (2014) explicita seus pressupostos, relativo ao país Brasil, possuir mais de 200 milhões de ocupantes, por também ser detentora de uma economia em expansão e a "maior floresta tropical e a mais rica biodiversidade do mundo". A *Global Reporting Initiative* teve motivos o suficiente em escolher o primeiro país cujo, o eleito Brasil, a ser instalado um Ponto Focal. Por certo, é uma escolha muito vantajosa, por proporcionar estes aspectos econômicos, humanos e naturais que este país oferece para a sustentabilidade do mundo. Destarte, a riqueza, ou seja, os recursos, mesmo estes sendo naturais ou não, necessitam de cuidados e de uma boa administração por todos e para todos, necessários para que estes não se acabem, não sejam depreciados desnecessariamente, ou seja, para que estes não tenham fim. No entanto, a prática empresarial responsável é essencial, para a estabilidade de longo prazo do país, ou seja, o ideal seria a tempo indeterminado. Quanto a sua localização, *focal point Brazil* está estabelecida no estado brasileiro de São Paulo. De certo atualmente, ocupa sede no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), segundo as fontes de pesquisa ETHOS (2014) e GRI (2014) afirmam que antes ela tinha sede no instituto Ethos e esta, foi à parceira de longas datas da GRI. Contudo, a *focal point* têm suas atividades concomitantemente com organizações parceiras em todas as nações.

ETHOS (2014) e GRI (2014) sustenta sobre os principais propósitos do Ponto Focal Brasil que são:

1. " Promover a difusão dos relatórios de sustentabilidade ao engajar novos setores e indústrias;
2. Comunicar os últimos progressos em relatórios de sustentabilidade aos grupos de *stakeholders*;
3. Direcionar o *feedback* de *stakeholders* locais para a GRI para aprofundar internamente o conhecimento dos relatórios de sustentabilidade e da Estrutura de Relatórios da GRI".

Estes são os principais objetivos que a *Focal Point* semeia e norteia, uma cadeia em crescimento, em se tratando de *disclosures* de relatórios sustentáveis para os utilizadores *stakeholders* e patrocinadores da GRI.

Por consequência, em conformidade com os descritos de ETHOS (2014) e GRI (2014), até o cenário atual, são os principais *users* de relatórios da GRI e patrocinadores do Ponto Focal no Brasil e encontram-se ilustrados na Figura 2.

Figura 2 - Principais usuários de relatórios da GRI e patrocinadores do Ponto Focal no Brasil
Fonte: Representação das marcas usuárias de relatórios GRI. Coletadas na internet.

3.2 Na Austrália

Segundo a GRI (2014), reportam acerca das empresas australianas em que elas possuem a liderança em maiores índices elevados de *disclosures* da sustentabilidade em relatórios ambientais, em grandes organizações multi-nacionais. Contudo, essas são certas informações relevantes consideradas de um novo relatório divulgado pela CPA (2014) desenvolvido em parceria com a *Global Reporting Initiative*.

Destarte, conforme essa parceria, foi o primeiro Relatórios de Sustentabilidade produzido declarando os pressupostos sobre as práticas, desempenho e potencial, no olhar para a prestação de contas de "informação não financeira das 40 maiores empresas na Austrália, Hong Kong e Reino Unido".

Entretanto o Sr. Alex Malley, o chefe do executivo, função em que desempenha na CPA (2014) na Austrália, anunciou que o relatório de sustentabilidade, "veio em um momento crucial no desenvolvimento de relatórios corporativos e de negócios". E ainda continuou com o discurso garantindo que as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI são "amplamente reconhecidos como o quadro-chave para os relatórios de sustentabilidade por empresas de todo o mundo", ressaltou mais, que estes relatórios demonstram ainda sobre outras formas de aplicação condizentes e de maneira que oportuniza a refinação.

Conforme GRI (2014) declara sobre a G4 & *Post* GRI, Conferência *Global Briefings*, nos parâmetros sequenciais nos dias 22 a 24 de maio de 2013, situada em Amsterdã, aconteceu a GRI *Focal Point* Austrália e esta realizou uma profusão de *briefings* junto com os australianos GRI *Certified Training Partners.* Foi emitido nesse simpósio, o mais novo lançamento das Diretrizes G4, na Conferência Global sobre Sustentabilidade e Relatórios. No entanto, estes *briefings* envolverá "os principais às mudanças de G3.1 ao G4 e as principais tendências de relatórios e práticas identificadas na Conferência Global" (CPA, 2014).

Esta Conferência Global sobre Sustentabilidade e Relatórios, realizada em Amsterdã, resultou no encontro de nações, assistidos por mais de 1.600 profissionais de sustentabilidade de 80 países. Para fomentar a realização dela, foi preciso de quase 200 alto-falantes com mais de 40 sessões, oficializando o acontecimento memorável do lançamento das Diretrizes G4. (GRI, 2014; CPA, 2014).

Versando sobre o assunto de Integração da Série Sustentabilidade, no decorrer dos anos de 2012 e 2013 a GRI *Focal Point* Austrália cumpriu com oito oficinas com êxito, para quase 300 participantes em Sydney e Melbourne. Foram custeadas estas, com a parte de seu Tesouro, financiadas com o projeto Integrando a Série Sustentabilidade. Esta série provocou discussões entusiasmadas entre os participantes de ONGs, governo, empresas, universidades e instituições mediadoras. (GRI, 2014; CPA, 2014)

Ainda assim, a Integração da Série Sustentabilidade, convocou profissionais de sustentabilidade, no intuito de que estes profissionais possam contribuir, para uma conversa mais ampla, explorando os principais desafios levantados, por muitas organizações corporativas, ao incorporar a sustentabilidade em suas estratégias e elaboração de relatórios. (GRI, 2014; CPA, 2014)

3.2.1 Na Austrália e Nova Zelândia

Em se tratando da Rede Acadêmica para Relatórios Integrados, a Austrália e Nova Zelândia ambas têm como objetivo essencial acerca desse tipos de relatórios, compreender a pesquisa em curso sobre comunicação integrada e interligar os resultados com a comunidade, em relação a transmitir a informação mais ampla, tanto nacional como internacionalmente.

A Rede Acadêmica, que foi co-fundada pelo Ponto Focal da Austrália e *Business Reporting Leaders Forum*, possui uma media de quase 100 membros. Essa Rede promoveu o seu primeiro encontro no mês de novembro do ano de 2012, a Universidade de Sydney *Business School* proporcionou a rede acadêmica um obsequioso alojamento segundo referências GRI (2014) e CPA (2014). No decorrer da necessidade de se reunirem novamente para discutirem pontos importantes sobre os relatórios integrados na rede acadêmica, a sua segunda reunião, aconteceu em abril de 2013, gentilmente oferecido pelo CPA Austrália.

3.2.2 Ponto Focal na Austrália

Conforme fonte GRI (2014) os objetivos fundamentais do Ponto Focal da Austrália são estes:

> "• Conduzir a integração dos relatórios de sustentabilidade por meio de se envolver com novos setores e indústrias em toda a Austrália
> • Comunique-se os mais recentes desenvolvimentos em torno da sustentabilidade de relatórios com grupos de interessados
> • *feedback* dos atores locais para Canal GRI para aumentar a apropriação local dos relatórios de sustentabilidade e Quadro da GRI".

O *Focal Point Austrália* é financiado pelo CPA Austrália e KPMG, que são afiliados da *Thought Leaders* do Ponto Focal Austrália Conselho (TLC). Conforme O TLC é constituído por um agrupamento de organizações que fazem um acordo e se comprometem a fazer "uma financeira ou contribuição em espécie" para o GRI *Focal Point* Austrália, além de que também contribui "para a liderança de um objetivo estratégico do GRI em linha com os objetivos da sua própria organização" (CPA, 2014).

O *St. James Centre* Ética, também é um membro da TLC juntamente com o governo australiano que se comprometeu com o papel de observador. Em relação aos principais patrocinadores do Ponto Focal na Austrália, conforme a GRI (2014) e CPA (2014), são destacados na Figura 3 a seguir:

Figura 3 - Patrocinadores Ponto Focal Na Austrália
Fonte: Representação das marcas patrocinadoras. Coletadas na internet.

3.3 Nos Estados Unidos e Canadá

Conforme a GRI (2014) as principais potencias econômicas que ganharam destaque, até os tempos atuais, a nível mundial, são os países EUA e Canadá. Em se tratando de *disclosure* de relatórios de sustentabilidade, esses países vêm tendo um número altamente drástico na captação dos relatórios de sustentabilidade, ao decorrer de que as numerosas organizações multinacionais, têm a intenção de demonstrar uma maior transparência em suas lideranças e localidades.

Ainda reportando a fonte GRI (2014), devido a essa grande quantidade de demanda das empresas multinacionais com esse propósito acima citado, nos países EUA e Canadá, houve uma revelada necessidade de um representador da GRI nesses países, para coordenar a "prática de relatórios de sustentabilidade e desde a sua criação no início de 2010".

No entanto, a GRI Ponto Focal EUA e Canadá se surpreenderam com todos os tipos de entidades senda estas: governos, empresas públicas e privadas, universidades e cidades adjacentes, todavia, testemunhou uma tremenda e rápida captação dessa prática.

Em conformidade com a pesquisa GRI (2014), existem mais de 75% das 100 maiores empresas de *disclosure* de relatório nos Estados Unidos, em seu desempenho de responsabilidade corporativa. A GRI (2014) ainda relata, um estudo realizado pelo *Governance & Accountability Institute* em que mostra no ano de 2010, "19% das empresas do S & P, 500 foram divulgando informações sobre sustentabilidade" E em "2011, 53% das empresas do S & P, 500" divulgaram esses dados. A GRI ainda afirma que existem três principais razões para essa estatística sendo elas as "considerações éticas, considerações econômicas, de inovação e aprendizagem".

Ainda em conformidade com os dados da GRI, o número de entidades canadenses que publicam um relatório GRI "aumentou mais de 70% entre 2008 e 2012". Contudo, muitas organizações dos EUA e Canadá, vêm produzindo "relatórios de sustentabilidade com as diretrizes da GRI desde 1999". Existem "cerca de 90 *Stakeholders* Organizacionais" que são "apoiantes fundamentais nos EUA e Canadá".

Destarte, será que todos estão preparados para conduzir o caminho para um futuro sustentável?

3.3.1 Ponto Focal nos Estados Unidos e Canadá

O GRI *Focal Point* EUA e Canadá, executam um papel peculiar e crucial na integração *disclosure* da sustentabilidade. Com o propósito de aumentar a demanda de empresas norte-americanas e canadenses para o *disclosure* de relatórios sobre

sustentabilidade, no intuito de melhorar a qualidade desses relatórios, como também "aumentar a entrada de organizações norte-americanas no desenvolvimento de novas diretrizes para relatórios de sustentabilidade", e também "ajudar as organizações a se concentrar no que importa, e onde importa, relatando as suas práticas".

Conforme a GRI (2014), logo abaixo são descritos na íntegra, os principais objetivos traçados do *Focal Point* EUA e Canadá são:

> "-Divulgação da sustentabilidade: Incorporar em estratégia de negócio por se envolver com novos setores e indústrias em todo EUA e Canadá.
> -Comunicar os últimos desenvolvimentos em relatórios de sustentabilidade para os grupos interessados.
> -Aumentar a apropriação local dos relatórios de sustentabilidade e Quadro da GRI , e integrar conhecimentos locais em seu desenvolvimento contínuo".

A GRI firmou uma aliança no mês de outubro de 2010, como parte de sua estratégia de expansão regional, para instaurar um ponto focal nos Estados Unidos. No entanto, o *Focal Point*, é fomentado por patrocinadores fundadores como: *Deloitte* LLP, *Ernst & Young* LLP, a KPMG LLP, e PwC dos Estados Unidos. E no cenário atual, está estabelecido pela IFAC; tendo sido anteriormente assegurado pelo *The Conference Board* (GRI, 2014). Nesse interim, os Fundadores Patrocinadores do *Focal Point* EUA e Canadá são demonstrados na Figura 4.

Figura 4 - Patrocinadores Ponto Focal na Austrália
Fonte: Representação das marcas patrocinadoras. Coletadas no sítio da internet.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para produzir essa investigação, utilizou-se da pesquisa exploratória (LAKATOS E MARCONI, 2010) realizando análise de conteúdo conforme Bardin (2010) focalizando alguns aspectos de sua caracterização e fundamentos no propósito do estudo que foi analisar sobre os relatórios de sustentabilidades como ferramenta essencial de *interface* no desempenho social, econômico e ambiental das organizações perante a sociedade.

Em se tratando de buscar e descrever os fatos e fenômenos acerca da investigação dos relatórios de sustentabilidade, ferramenta vital de comunicação na transparência da responsabilidade social e ambiental da organização perante a sociedade.

5 CONCLUSÃO

Percebe-se que os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, econômico e ambiental das organizações corporativas. No entanto, também pode se observar que os relatórios baseados no modelo proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI) são atualmente o mais completo e mundialmente difundido, conforme sítio do *Global Reporting Initiative*.

Todavia, o seu método de estruturação, sendo adotado, proporciona um compromisso dos *stakeholders* da entidade, a um discernimento dos principais impactos, reflexão a definição dos indicadores e a comunicação com os públicos de interesse.

No intuito de atingir o objetivo em relação a analisar sobre os relatórios de sustentabilidade como ferramenta essencial de *interface* no desempenho social, econômico e ambiental das organizações perante a sociedade.

Este estudo tem certas limitações e apenas serão relatadas algumas das principais iniciativas, a sugestão de enriquecer a literatura com mais iniciativas de relatórios de sustentabilidade nas instituições brasileiras e internacionais, baseados no modelo GRI é sugerida para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ADOMßENT M.; FISCHER D.; GODEMANN J.; HERZIG C.; OTTE I.; RIECKMANN M.; TIMM J. Emerging areas in research on higher education for sustainable development - Management education, sustainable consumption and perspectives from Central and Eastern Europe. **Journal of Cleaner Production**, v. 62, n. 1. Jan. p. 1-7, 2014.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

BARCELLOS, R, de M. R.; DELLAGNELO, E. H. L. Novas formas organizacionais: do dominante às ausências. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 1-16, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. São Paulo: Vozes Editora, 1977.

BRUNDTLAND, G. H. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento 1988**. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

COMISSÃO EUROPÉIA. Green Paper: The Future of Rules of Origin. *In* **Preferential Trade Arrangements.** Bruxelas: EC, 2003. Disponível em: <http://ec.europa.eu/ taxation_customs/resources/documents/origin_consultation_final.pdf>. Acesso em: 12.fev.2014.

CPA. **Australia Exam Report.** 14 ed. 2014. Australia: Deakin University, 2014. Disponível em: <http://www.cpaaustralia.com.au/~/media/corporate/allfiles/document/cpaprogram/ annual-exam-report.pdf>. Acesso em 10.out.2014.

DE MICHELI, G. **Lingua mater. Eserciziario e vocabolario base**. Per i Licei e gli Ist. magistrali. Italy: Copertina Flessibile, 2008.

ETHOS, I. Iniciativas. **Publicação Eletrônica**, 2014. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br>. Acesso em 16.jan.2014.

FÉDÉRATION DES EXPERTS COMPTABLES EUROPÉENS (FEE). **Call For Action: Assurance on Sustainability**. Belgium: FEE, 2006.

FREEMAN, R. E.; MOUTCHNIK, A. Stakeholder management and CSR: questions and answers. In: **Umwelt Wirtschafts Forum**. Springer Verlag, v. 21, n.1-2, p. 5-9, 2013. Disponível em: <Doi: 10.1007/s00550-013-0266-3>.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). About GRI. **Publicação Eletrônica,** 2014. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>. Acesso em: 24.dez.2014.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade 2006**. 2006. Disponível em: <www.globalreporting.org>. Acesso em: 15.jan.2014.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Global Reporting Initiative**. Sustainability Reporting Guidelines on Economic, Environmental and Social Performance, Global Reporting Initiative (GRI). Boston: June, 2000.

GOMES, H.P.; INGRID, V.; MARIA, V.; PONTE, R. **Determining factors in voluntary disclosure from a sustainability point of view**: An analysis of companies from BRIC countries, 2011. Disponível em <http://engema.org.br/upload/pdf/2011/1014-1019.pdf>. Acesso em: 04.jan.2014.

GRAY, R. Social and Environmental Accounting and Reporting: From Ridicule to Revolution? From Hope to Hubris? A Personal Review of the Field. **Issues in Social and Environmental Accounting**, v. 2. n. 1, p. 3-18, 2012.

GUSE, G. R.; CHIRAȚA, C; CORNELIA, D.; LUNGU, C.I. Innovations in social and environmental reporting based on the knowledge of stakeholders' information needs. **The Journal of the Faculty of Economics**, v. 3, n. 1. p. 979-985, 2009.

GUTTILLA, R. W. Relatórios de sustentabilidade: devem ou não devem ser obrigatórios no Brasil? São Paulo. **Publicação Eletrônica**, 2010. Disponível em: <www.ibgc.org.br>. Acesso em: 15.jan.2014.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996.

HANKS, J.; GARDINER, L. **Integrated Reporting: Lessons from the South African Experience**. Washington, DC: World Bank, 2012. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/11052>. Acesso em 13.12.2013.

HERCULANO, S. C. "Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz". In: GOLDENBERG, Mirian (Org.) **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico.** p. 9-48. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

HOLLAND, L.; FOO, Y. B. Differences in environmental reporting practices in the UK and the US: the legal and regulatory context. **The British Accounting Review**, v. 35, n. 1, p. 1-18, 2003.

INSTITUTO ETHOS. **Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial.** São Paulo: Ethos, 2007. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em 10.jan.2014.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE. **Towards Integrated Reporting: Communicating Value in the 21st Century**. London: IIRC, 2011.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMMITTEE. **Capturing the Experience of Global Business and Investors**. London: IIRC, 2012.

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **Rev. Adm. Mackenzie**. vol. 12, n. 3, p. 21-50, 2011. Disponível em: <doi:10.1590/S1678-69712011000300003>.

KPMG. **International Survey of Corporate Responsibility Reporting**. Amsterdam: KPMG, 2011.

KRAEMER, M. E. P; MARTINS, J. G. Educação a distância no ensino superior: um olhar para a sustentabilidade. In: **17° Congresso da Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED)**, abr.2004, 2004. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/131-TCD2.html>. Acesso em: 11.jan.2014.

KRAEMER, M. E. P.; TINOCO, J. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2010.

LIVRO VERDE. **Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas.** Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2002. Disponível em: <www.europart.eu.int>. Acesso em 16.jan.2014.

MARINHO-FILHO, J., RODRIGUES, F. H. G.; JUAREZ, K. M. The Cerrado mammals: diversity, ecology, and natural history. In: P.S. Oliveira & R.J. Marquis (eds.). **The Cerrados of Brazil: Ecology and natural history of a neotropical savanna**. p. 266-284. New York: Columbia University Press, 2002.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. **Limites do Crescimento**. 1 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environment Impact Assessment Review**, v. 18, n. 1. p. 493-520, 1998.

TINOCO, J. E. P. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

UniETHOS. Estratégias empresariais para a sustentabilidade no Brasil. **Publicação Eletrônica**. p.1-43, 2014. Disponível em: <http://www.siteuniethos.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Estrat%C3%A9gias-Empresariais-para-a-Sustentabilidade-no-Brasil_BaixaResolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 18.jan.2014.

[1] O termo, neste cenário deve ser entendido como "um corpo de especialistas que fornecem conselhos e ideias sobre os problemas políticos ou econômicos específicos".